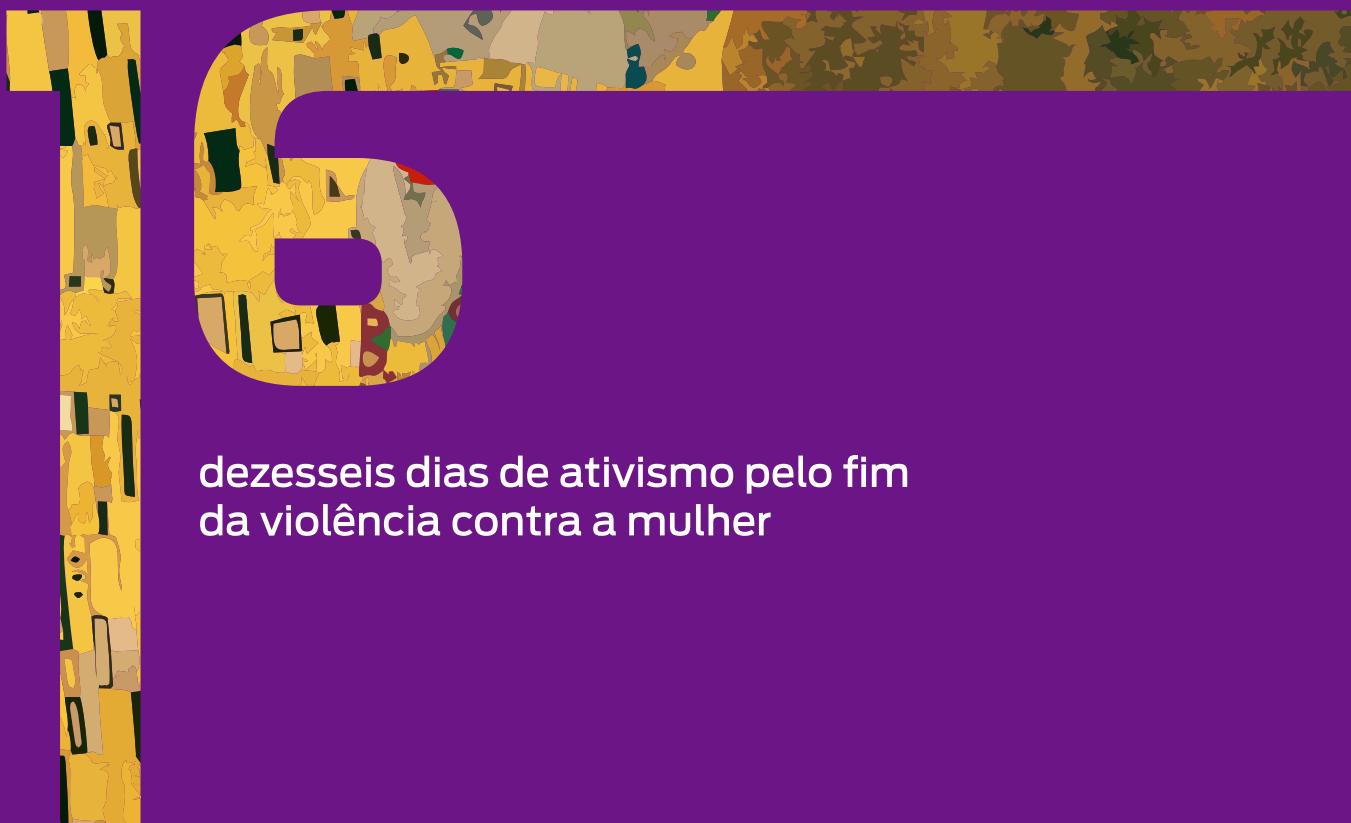


**Reconstruindo vidas: mulheres
que romperam a violência doméstica**



**dezesseis dias de ativismo pelo fim
da violência contra a mulher**

1

e Ativ

Geraldo Julio
Prefeito do Recife

Luciano Siqueira
Vice-Prefeito do Recife

Sílvia Cordeiro
Secretária da Mulher

Carlos Eduardo Santos
Edição

Clareana Arôxa
Lis Lemos
Jornalistas Responsáveis

Andréa Rêgo Barros
Fotografia dos Depoimentos

Marcos Pastich/PCR
Fotografias das Páginas 32 e 33

Inaldo Lins/PCR
Fotografia da Página pag 30

Irandi Souza/PCR
Fotografia da Página pag 31

Carlos Moura
Projeto Gráfico

Tiragem: 1.000 exemplares
Distribuição gratuita

pet

vio

a M

- 02** Apresentação
05 Centro de Referência Clarice Lispector
07 Depoimentos
08 Amanda
10 Carla
12 Florisa
14 Júlia
16 Luzinete
18 Maria da Conceição
20 Marília
22 Margarida
24 Rita
26 Rosália
29 Entrevistas
30 Marluce Ferreira
31 João Maria
32 Fernanda Sardelich
33 Marylúsia Fernandes

Apresentação

Publicizar as histórias de mulheres que passaram por situação de violência e conseguiram romper esse ciclo com o apoio do Centro de Referência Clarice Lispector e da Casa Abrigo Sempre Viva, serviços da Secretaria da Mulher do Recife, estabelece um vínculo institucional com os “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”.

Este livro registra as histórias de mulheres que passaram por várias formas de violência de gênero, como doméstica, a sexual, e a institucional, e que se disponibilizaram a compartilhar processos e trajetórias de superação e retomada de suas vidas.

A oportunidade e possibilidade de ressignificar suas vidas e se reconhecerem como autoras do processo de retomada de suas identidades como cidadãs com direitos representam, para cada mulher, uma forma concreta de recuperar a autoestima e conquistar a liberdade.

O poder da fala e da expressão aqui relatadas transpõem os crescentes e nefastos dados estatísticos sobre a violência de gênero contra a mulher. Além disso, muda atitudes e passa a questionar o padrão cultural de sua opressão, ao assumir o lugar de sujeitos coletivos com capacidade de transformar a cultura da banalização da violência contra a mulher nos ambientes privados e públicos.

Dessa forma, as mulheres deixam de ser aquelas de quem se fala para se transformar naquelas que falam por si mesmas, a partir de suas experiências, desejos e perspectivas de futuro. Junto ao texto, agregamos as

imagens dessas mulheres fotografadas por Andréa Rêgo Barros, que com sensibilidade as retrata como se portam diante da nova realidade conquistada. As entrevistas aconteceram em locais escolhidos pelas próprias mulheres, para que elas se sentissem livres e a vontade para contar suas vivências e expressar suas dores.

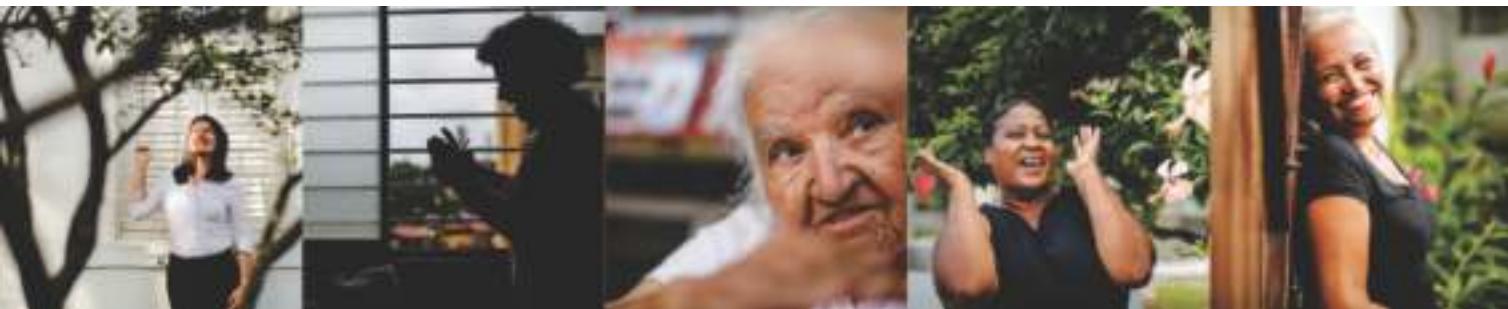
As fotografias registram e captam um momento relevante do processo de empoderamento, pois foi solicitado às mulheres que se colocassem e se vestissem de forma a se sentirem bonitas, valorizadas, de bem com a vida, confortáveis e principalmente com autoestima, fator importante para o enfrentamento e superação da violência de gênero.

Para além das histórias das mulheres, o livro registra o depoimento de profissionais que lidam com a questão, do lugar da gestão e do apoio técnico em diversas instituições e também pesquisadora sobre a temática da violência de gênero.

Essa publicação é, portanto, uma contribuição da Secretaria da Mulher do Recife aos 16 dias de ativismo, ação protagonizada pelo movimento de mulheres e feministas que se inicia no Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, em 25 de novembro, e que se encerra com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro.

Nossa expectativa é que essa publicação seja utilizada nos processos informativos e formativos do conjunto das instituições públicas e privadas que lidam com o enfrentamento da violência de gênero em nossa cidade.





O Centro de Referência Clarice Lispector é o principal órgão de enfrentamento da violência contra a mulher na rede de serviços do Recife. O espaço, voltado para as mulheres que estão em situação de violência doméstica e/ou sexual, presta atendimento jurídico, psicológico e de serviço social às usuárias. Na gestão atual, o espaço passou por diversas melhorias, entre elas a requalificação do equipamento que garantiu a acessibilidade às pessoas com deficiência e um reforço na equipe interdisciplinar. Entre os novos serviços prestados, estão a criação de um espaço lúdico voltado para os filhos e filhas das recifenses que procuram atendimento e a ampliação do horário do Disque Orientação (Liga, Mulher!), que passa a funcionar 24h.

Atuação do Clarice

O Clarice disponibiliza um atendimento de qualidade às mulheres em situação de violência, nas áreas jurídica, psicológica e do serviço social. Quando uma mulher chega ao Centro, é recebida por uma equipe interdisciplinar, composta por psicólogas, assistentes sociais e advogadas, que oferecem o apoio necessário para que estas pessoas saiam da situação de violência em que se encontram. Assim, a equipe do Clarice orienta as usuárias sobre a importância do registro da ocorrência, solicita medidas protetivas, acompanha a vítima nas Delegacias e nas audiências, realiza acompanhamento psicológico, encaminha para cursos etc. No caso das mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte, a equipe do Centro pode requerer o abrigamento nas Casas Abrigo. No Centro, ainda funciona o Disque Orientação (Liga, Mulher!), que passa a funcionar 24h. Toda mulher pode ligar para o 0800 281 0107 e receberá a orientação necessária nos casos de violação de direitos.

Centro de Referência Clarice Lispector

Atendimentos

No primeiro ano de gestão (2013), os atendimentos aumentaram em 81% em relação a 2012. Atualmente, o Clarice realiza por mês, em média, 260 atendimentos. De janeiro de 2013 a setembro de 2014, foram atendidas 2.824 mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual. O aumento se deve à qualidade do serviço prestado às mulheres pelas profissionais, bem como ao investimento municipal na ampliação da equipe, na requalificação física do espaço e na ampla divulgação do Centro, seja pela mídia ou pelos eventos que são realizados nos bairros e comunidades do Recife. Por mês, 35 novas mulheres chegam ao Clarice. Esse número elevado representa uma política de enfrentamento da violência que vem dando certo. Isso estimula e empodera as mulheres para denunciar a violência e a buscar orientação.

Tipos de Violência

A maioria é de violência física no âmbito doméstico. No entanto, sabemos que, antes da primeira agressão, outras violências costumam acontecer, como a psicológica, a moral, a patrimonial. Assim, no Centro, as profissionais começam a desconstruir com as usuárias o conceito de que violência é apenas aquilo que machuca fisicamente e deixa marcas. O xingamento, a proibição de que a companheira trabalhe fora, por exemplo, são violações de direitos.

Depois da Denúncia

O Centro de Referência Clarice Lispector busca sempre oferecer oportunidades de inclusão no mercado de trabalho. São disponibilizadas vagas prioritárias para as usuárias nos cursos e oficinas promovidos ou apoiados pela Secretaria da Mulher, uma vez que a maioria dessas mulheres perde o emprego ou foi privada, ao longo da vida, de exercer uma profissão. A equipe procura desenvolver, com as usuárias, estratégias para promoção da autonomia econômico. O empoderamento sociopolítico e financeiro contribui para que estas mulheres rompam o ciclo da violência.



depoimentos



Amanda
**A gente tem, a gente pode,
a gente quer**



Amanda Oliveira viveu mais do que os seus 25 anos de idade. Tinha vergonha de contar a história dela porque não queria chorar. A violência sempre lhe rondou, nas diversas formas e intensidades. Mas sua gargalhada, a vida não leva. Desde cedo, a menina viu a tia ser espancada pelo marido, a mãe apanhar do esposo e ninguém meteu a colher.

Aos 12, conheceu Leonardo, seu primeiro namorado, que lhe trocou pelo vício das drogas. "Na época, ele era muito novo, eu deixei ele viver a vida dele e fui viver a minha. Foi quando Deus colocou no meu caminho o pai dos meus filhos. O conheci no último programa que fiz. Eu morava em um cabaré. Sou ex-garota de programa. Já trafeiquei, já roubei muito. Isso o pai dos meus filhos mudou a minha vida, foi quando eu aprendi a me amar um pouco. Porque eu não me amo muito não", frisa com os olhos marejados.

Amanda se separou do pai dos seus três filhos e perdeu a mãe em um acidente de trânsito, em uma fração muito curta de tempo. Com a perda da genitora, ela comprou o vão onde mora atualmente, no bairro de Campo Grande, zona norte do Recife. "Comprei e só Jesus na causa. Sofro muito. Bebo para esquecer, mas parece que vem mais problema", diz. O pai das suas crianças a ajuda financeiramente e sustenta os filhos. Ela é catadora de material reciclável e devido ao tamanho reduzido de sua casa, não consegue morar com sua menina e seus dois meninos. Amanda foi cadastrada no programa *Mulher, Trabalho & Renda*, da Secretaria da Mulher do Recife, que visa o empoderamento social e financeiro das recifenses. Além de passar por uma capacitação sobre resíduos sólidos, ela aprendeu sobre violência de gênero.

Um dia desses, a catadora encontrou com sua ex-cunhada e soube que Leonardo estava quase saindo da prisão. Ele começou a ligar para ela fazendo ameaças. "Eu estava fazendo um curso sobre reciclagem e o pessoal viu que eu estava sofrendo. Ele me ligava, eu dizia que não queria voltar, mas ele me ameaçava. Dizia que ia me matar". Daí por diante, ele saiu do presídio e a primeira parada foi em Campo Grande. Viu que tinha outra pessoa na casa e na vida de Amanda. O resultado foi uma briga que teve fim quando a moça deu uma facada nele. Ela mesma o socorreu.

Quando fala sobre violência, essa que deixa marcas visíveis, Amanda embarga a voz. Dois dias antes da entrevista, saiu na tapa com o irmão e apanhou muito. "Já sofri muita agressão, quando vivia em cabaré. Apanhei muito para poder chegar aqui. Apanhei muito. Mesmo. Hoje em dia, se tiver o que comer, tem. Se não tiver, bebo água e vou dormir, justamente para não ter que voltar a essa vida. Para não voltar a ser o que eu era antes. Agora, tudo o que tenho é para os meus filhos", afirma.

Ao ser questionada sobre denunciar todas as agressões que sentiu na pele, diz que nunca tinha soltado o verbo por medo. "Nunca tinha denunciado ninguém por medo. Medo de que acontecesse de novo. Para mim, não é normal apanhar. Mulher não tem que viver apanhando. Depois de ver a minha tia ficar doente de tanto apanhar, coloquei na cabeça que mulher não é feita para sofrer, é feita para ser amada", fala. Devido à infinidade de agressões, ela foi direto para a Delegacia e contou a sua história com Leonardo. "Eu amo ele, na verdade. Foi muito difícil denunciar, mas eu tive que fazer. Porque na minha visão, ou ele me matava ou eu matava ele. Depois disso, ele mudou 100% e nunca mais me ameaçou. Superei mesmo", diz com um sorriso largo e cheia de esperança. Leonardo recebe visitas aos finais de semana e tem um amor que lhe espera do lado de fora das grades.

Amanda também quer mudar. Faz o curso de recepcionista, apesar de ainda catar material reciclável nas ruas para sobreviver. Tem medo que a filha de dez anos passe pelo que ela passou na vida e diz, enfática, que "apanhar de homem nunca". Pergunto se ela tem algum recado para as tantas outras recifenses. Rápida, Amanda comenta que ficar calada é sofrer mais, que basta querer. "Na minha mente, só veio isso. A gente tem, a gente pode, a gente quer. Já sofri todas as violências. Todas. No cabaré, ou eu dava ou morria. Vendi droga, perdi muito amigo e muita amiga nessa vida. Me acostumei com aquilo, com aquele dinheiro. Hoje, eu só quero dar do bom e do melhor para os meus filhos". E continua dizendo que, apesar de tudo, é feliz, muito feliz. "Sou por causa dos meus filhos, dos meus irmãos que amo muito. Com meu marido que tenho certeza que vou mudar ele mais e mais. Agora, tudo vai ser felicidade". Que assim seja.





Carla
Quando a escrivã ligou pra mim,
eu chorei de alegria ,

Carla da Silva repete sempre que precisa ter força. Muita força. A moça que fala rápido tem 35 anos e conta a sua história de uma só vez. Falta fôlego, meu e dela. Ela foi estuprada aos 16 anos, quando voltava do colégio para casa. Ficou grávida de gêmeos e conseguiu autorização na justiça para realizar um aborto. O trauma psicológico rendeu dois anos de internamento em um hospital. Um exame comprovou que a arma usada no crime era do seu ex-namorado.

Durante a vida, Carla viu a mãe apanhando do seu pai. Seu irmão começou a usar drogas e espancava sua companheira. "Ele achava que aquilo que era certo, porque ele via a minha mãe apanhar, né?", diz. O desarranjo familiar fez com que a moça não quisesse se envolver com ninguém. Queria trabalhar e criar os filhos que viesse a ter sozinha. Mas a vida é escorregadia, e ela se envolveu com o pai de Bruna, sua filha mais velha. O romance acabou porque ele se envolveu com drogas.

"Eu tinha 20 anos e passei seis meses namorando. A minha mãe não aceitou quando eu fiquei grávida, foram meus vizinhos que me ajudaram. Eu dormia na rua porque ela não queria que eu ficasse em casa", conta. Pela primeira vez, tentou suicídio. A mãe decidiu ajudá-la, mas quando Bruna nasceu, Carla perdeu a guarda para a genitora. "Eu não podia ver minha filha porque a minha mãe não deixava. Já perto de morrer foi que entregou a minha filha. Sete anos atrás. Sofri um bocado".

Depois, Carla conheceu Fábio, o pai dos seus outros dois filhos, Maria Thereza e Felipe. Ela pausa nesse momento e dá para sentir o peso de cada palavra. "Eu cheguei a traficar no presídio. Precisava daquele dinheiro para alimentar Bruna. Aí eu conheci ele. Descobri que o pai dele matou a mãe com 18 peixeiradas e ele dizia que ia fazer isso comigo. Já estava grávida de Felipe e passei sete anos apanhando", relata. Em 2007, ela chegou ao Clarice Lispector por indicação da Delegacia da Mulher.

Nesse meio tempo, Fábio foi preso, solto e o amor dela continuava ali, cheio de esperanças. "Ele passou um mês e 20 dias preso. Depois voltamos e foram sete meses de tranquilidade e começou tudo de novo. Nesse tempo, engravidou de Maria Thereza. A gente se separou de novo e fui morar só com meus filhos. Meu irmão foi preso, minha mãe ficou doente e meu marido estava me espancando. Eu ali naquele círculo todinho". Por causa dos espancamentos, a caçula tem problemas na voz. Carla não tinha como trabalhar e começou a pedir esmolas na rua para complementar a alimentação em casa. Outra tentativa de suicídio.

Ela se separou há três anos de Fábio, que continuou lhe atormentando. "Ele foi preso. Quando a escravaria ligou pra mim, eu chorei de alegria". A maior mágoa de Carla não foram as violências que sentiu na pele. Devido às brigas constantes, os vizinhos chegaram a denunciar o caso e Felipe passou 15 dias no Conselho Tutelar. "Foi uma facada no meu coração. Não consigo perdoar ele por causa disso. Quero é que ele se afaste dos meus filhos", diz.

A história poderia ter aqui um final feliz, mas Carla foi espancada, em junho de 2014, por sete policiais. O motivo? Ninguém sabe. O processo está na Corregedoria da Polícia. As marcas ficaram e, até hoje, ela está em tratamento. No entanto, apesar de todas as rasteiras da vida, se sente uma guerreira. Sua renda vem de salgados e doces que faz para festas. Diz que em 2015 vai dar um rumo novo na vida, quer sair do bairro em que mora porque viu a irmã ser morta pelo primo, ao denunciar o tráfico na região.

"Não me considero uma pessoa feliz. Ainda não. Mas, eu creio que ainda vou ser feliz. Deus coloca muita gente boa ao meu redor, principalmente aqui no Clarice", fala. Quando peço um conselho para as outras tantas Carlas que ainda não conseguiram sair do ciclo de violência em que vivem, ela me diz que é preciso força e coragem. Nada de segunda chance. De acordo com Carla, quem levanta a mão uma vez, vai fazer sempre.



‘O que ficou da vida
foram as alegrias que tive’
Florisa

Florisa Adélia da Silva é uma daquelas mulheres iluminadas. É a benzedeira oficial de Brasilit, comunidade do Recife onde mora há 40 dos seus 72 anos. Nascida no sertão de Pernambuco, a menina aprendeu, desde cedo, que a vida é insolente. Pesa. Dos 9 aos 16 anos, conviveu com a violência que não só atinge a pele, mas deixa marcas profundas na alma. Levou surras sem explicações, foi assediada por um tio, enganada por um irmão e teve que aprender a cozinhar e passar para sobreviver. Veio parar no Recife por causa de um telegrama que recebeu do namorado que era, na época, soldado do Quartel do Derby. Chegou grávida e cheia de esperanças.

Franzina, Florisa teve que descobrir novos caminhos na cidade grande. O príncipe encantado virou um sapo quando revelou que além dela, tinha mais três mulheres e um filho por vir. "Fui embora, não tive mais o que conversar. Não tinha futuro com aquele homem. Fiquei hospedada na casa de uma mulher que ele tinha arranjado para que eu trabalhasse. Mas ela era muito ruim. A casa dela dava para uma avenida cheia de carros. Ela me colocou para dormir em uma esteira, na garagem que dava para a avenida. Não conseguia dormir por causa do barulho. Não disse que estava grávida com medo de perder o emprego e não ter onde ficar. Uma semana depois, saiu de lá porque me disseram que o filho dela era tarado", disse.

Mais uma vez, Florisa volta a sua peregrinação, como se fosse sinal. Bateu de porta em porta atrás de emprego. A menina que ela carregava começava a dar sinais de vida e ganhou o nome de Cláudia. "Ela nasceu e fiquei lutando para criar ela em casa de família. Depois arrumei outro namorado. Tive mais quatro filhos. Meu marido morreu com 53 anos, de leucemia, e deixou os meninos ainda pequenos. Fiquei com a carga todinha, cinco filhos. Tive ajuda de muita gente, consegui bolsa para eles estudarem, mas passei muita fome. Teve uma época que pedi esmola para levar a comida para a casa".

Quando questionada sobre o seu casamento, ela diminui as palavras. "Eu fui muito humilhada por ele, mesmo com os

meninos pequenos. Ele começava a arrumar mulher fora. Uma vez, ele chegou e tava sem nada dentro de casa para os meninos comerem. Ele tava com o dinheiro no bolso e disse que não ia me dar porque ele tinha outras mulheres e eu não chegava aos pés delas", diz com a voz embargada. Pedro* mantinha outras mulheres e a humilhava constantemente. "A primeira vez que ele me bateu, eu não fiz nada. Mandei ele ir embora, já que ele estava com outra mulher. A segunda vez, ele usou uma violência que até hoje não sei que tipo. Já fazia um ano e oito meses que ele tinha ido e eu estava calejada de tanto sofrer. Foi em um sábado, ele estava meio bêbado, ele pegou na minha língua como se quisesse arrancar. Quando viu o sangue, saiu correndo". Florisa deu parte. Pedro apanhou bastante na delegacia, mas foi solto.

"Eu sentia muitos desgostos. Às vezes eu lembrava que se eu tivesse uma mãe, uma família, eu não teria sofrido desse jeito. Mas, superei. Meus filhos casaram e todos foram para o seu cantinho, já tenho 12 netos e 4 bisnetos", fala sorrindo. Hoje, a benzedeira é aposentada e mantém uma lojinha no bairro para ajudar nas despesas. Virou artesã. É uma das mulheres que ajudam no desenvolvimento do projeto Auditorias, promovido pela Secretaria da Mulher do Recife, que visa promover o olhar feminino na construção de uma cidade mais segura. Também é vice-presidente do Clube de Idosas Sorrindo Para a Vida, da Várzea, e dá aulas de ginástica quando a professora falta. "O que ficou da vida foram as alegrias que tive, apesar do sofrimento. Toda vez que nascia um filho, eu ficava muito alegre. E toda a vez que a gente se encontra, eu digo a eles que são a minha razão de viver", encanta-se.

Florisa diz que, apesar da estreiteza da vida, nunca se arrependeu de ter nascido mulher. "Eu acho que sofri a maioria das coisas por ser mulher. Os homens acham que a mulher é um objeto. Estava fazendo uma palestra, no Centro Espírita, e disse que mulher não era para sofrer porque fomos nós que botamos o homem no mundo".

* Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos personagens



Júlia*
Hoje em dia, eu acho que superei tudo

Júlia* é uma mulher de riso fácil. Aos 51 anos, faz questão de frisar que é feliz, apesar das muitas reviravoltas da vida. Sua história amorosa começa com um casamento frustrante que durou duas décadas e não só levou lágrimas, mas também a casa em que vivia com os dois filhos. Júlia foi vítima de violência patrimonial.

"Ele [João*] sempre me dizia que 'mulher minha não trabalha', mas eu fui do mesmo jeito. Ele dizia que eu não precisava trabalhar e que iria me dar tudo, mas eu dizia que não era só casa e comida que fazia uma mulher feliz. Comecei a trabalhar em um hotel como auxiliar de governante. Para isso, tive que colocar uma pessoa que me ajudasse nas tarefas domésticas. O resultado foi que ele me traiu com a empregada. Fiquei anestesiada na hora em que peguei, em choque. Só pedi que ele e ela deixassem a minha casa e dei entrada no divórcio". É como Julia resume o casamento.

A partir daí, o processo continuou doloroso. Na audiência, João havia se comprometido a vender a casa com sua aprovação, mas não foi isso que fez. Vendeu a quanto e como queria. Júlia recebeu uma ordem de despejo e teve que sair de sua casa com seus dois filhos, um com 10 e outro com quatro anos. "Tudo o que ele fez foi errado. Poderia ter colocado ele na prisão, mas ele era o pai dos meus filhos e preferi superar isso sozinha. Na época, não tinha isso de Maria da Penha". Ela morou, com os filhos, na casa dos pais enquanto não tinha a sua própria. "Eu garanti que os meus filhos não iriam passar fome, porque eu tinha muita força". E deu a volta por cima.

A outra parte da história é o segundo relacionamento de Júlia. Há pouco tempo, foi expulsa, pela terceira vez, da casa em que morava há oito anos com o ex-companheiro. Sem quê nem porquê, Flávio* pegou os pertences dela e os colocou na frente do jardim da residência. "Eu não sei te dizer como foi e nem como ele chegou a isso. Simplesmente aconteceu. É sempre a mesma coisa", disse. Sempre que teve suas roupas retiradas do local, ela quis seguir outros caminhos. Mas como a vida não tem rédeas, a moça de riso frouxo voltou mais duas vezes a casa que chamava de sua, com todo o amor que ainda tinha.

Nesse meio tempo, Júlia já havia dito que iria denunciá-lo por causa das saídas forçadas. Chegou a ir ao Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago, no bairro de Brasília Teimosa, se informar sobre violência contra a mulher. "Eu achava que violência era só você receber uns tapas. Conversei com a psicóloga, assistência social e elas me orientaram. Eu fiquei inteirada de tudo ", afirmou. Ela foi à Delegacia e pediu proteção do Estado." Pedi uma medida protetiva. Mesmo que eu ache que ele não virá atrás de mim para me bater, pedi porque ele precisava de um choque. Ver que eu estava fazendo alguma coisa. Pedi por mim, para ele ver que eu estava dando um basta", concluiu.

Hoje em dia, Flávio está afastado. Júlia retomou a vida e criou os filhos que se tornaram seus anjos da guarda. Ela não se arrepende de ter nascido mulher, mas pediu muito para não ter uma menina. "Mulher sofre muito. Parece que já nasce descriminada. Os homens não dão valor. Eu pensava, meu Deus, se eu tivesse uma filha e tivesse um caba que fizesse ela sofrer. eu não ia aguentar".

Durante a entrevista, ela reafirma o quanto é feliz. E o que diz é justificado na sua risada leve, na gana pela vida. "Eu nunca quis ficar debaixo dos pés dos homens. Eu não sou fraca, sou forte. Eu posso ser frágil, mas fraca não. A gente até fica fragilizada, mas continua forte". Como ela mesmo diz, sua estrela brilha. "Hoje em dia, eu acho que superei tudo. Muitos me viram, o que eu passei, aqui no bairro mesmo. e me dão força. Viram que eu superei".

* Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos personagens



Luzinete
**Desde que me casei,
nunca fui feliz no casamento**

Desde que me casei, nunca fui feliz no casamento", diz Luzinete Ribeiro, de 67 anos, moradora de Tejipió, zona Oeste do Recife. Logo que nos encontramos, me alerta que a sua história é longa. E só. Ela casou aos 27 com o seu único namorado. Depois do matrimônio, engravidou de sua primeira filha. A felicidade da moça era tanta até ser apresentada à violência doméstica.

"Quando fiquei grávida da minha filha, ele queria que eu tirasse a criança. Eu disse que se ele não quisesse, eu criava. Ele ainda me dizia que se fosse um menino, chegaria perto. Mas se fosse uma menina, torceria o pescoço dela". Luzinete chegou a cogitar a possibilidade de se separar, mas desistiu. A vida anda, a menina cresce, o outro filho nasce e ela não vê alternativa a não ser continuar o casamento por causa dos meninos.

"Ele sempre colocava gente lá em casa, os amigos dele pra beber. Dizia que só tinha casado porque a mãe morreu e que não confiava em mulher nenhuma. Quem confiava em mulher, era corno", conta. Acostumada, Luzinete começou a trabalhar como costureira em casa para sustentar as crianças. Tinha que se virar noite e dia para bancar a vida que achava que os filhos mereciam.

Mas, a moça caminhava dormente pela vida. Aceitava a situação que se enraizava pela casa como uma sina. A sua sina feminina. "Eu tinha pouca informação, sou semi-analfabeta e tive um problema muito sério de vesícula. Ele dizia que eu ia dormir no sofá porque eu tava pensando em algum homem. Tentei me separar de novo. Ia morar com a minha irmã e pedi para ele ficar com os meus filhos

enquanto me estruturava, porque só tinha um quarto lá e não tinha como colocar eles. Eu ia arrumar um local para colocá-los. Nesse dia, ele se abraçou comigo e disse para eu não me separar. Disse que ia mudar". No entanto, o ciclo se repete e, em menos de um ano, as agressões voltaram.

"Um dia, estava atendendo uma freguesa e vi ele falando muito mal de mim para um amigo. Ele disse que eu não prestava e que era uma geladeira na cama. Eu vivia costurando para ajudar ele. Aquilo abriu o meu chão. Disse, mais uma vez, que ia me separar e ele chorou muito. Disse que estava estressado e dei uma segunda chance". Logo depois, Luzinete teve um problema na menopausa e passou seis meses sangrando. Seu marido dizia que era mentira e chegava a arrancar o absorvente que ela usava para verificar o fluxo. "Só consegui me operar quando a minha filha casou e fez um plano de saúde para mim. Eu chorava ao fazer relações sexuais e ele dizia que eu estava pensando em outro. Ele dizia 'venha me servir que você é a minha mulher'".

Luzinete interrompe o relato e diz firme: "até que um dia eu não aguentei mais". O início do fim do casamento de 42 anos foi quando o seu filho foi a uma Delegacia da Mulher e procurou uma delegada. Prometeu voltar com a mãe no dia seguinte. "Ele queria que eu fosse lá, mas eu não tinha coragem. Nunca tinha ido. Até que uma amiga me disse que eu poderia ir no Clarice Lispector. Eu vim, dois anos atrás. Foi muito difícil". Algumas medidas protetivas depois, o ex-marido saiu de casa, mas levando tudo o que ela passou uma vida inteira para comprar.

Hoje, a costureira é aposentada, mora com o filho e se livrou das amarras que atormentam tantas mulheres. As suas mágoas são silenciosas. Ela espera se reconciliar com a filha que se afastou depois da separação. Essa dor, sim, é muito mais latente. Luzinete diz que só assim, quando tiver a filha e a neta juntas, poderá ser feliz. Inteiramente feliz, pela primeira vez na vida.



‘Estou aprendendo a gostar de mim’
Maria da Conceição

Minha história começou no dia 4 de agosto de 2011, quando eu fui trabalhar. Era livre e desimpedida, não tinha namorado e nem esposo. Fazia pós-graduação", é assim que Maria da Conceição Leal, de 45 anos, começa a sua história. Ela era uma mulher independente até conhecer Henrique*, seu futuro marido, e os meandros da tortura psicológica. A administradora de empresas começou o romance de dois anos que já se apresentou violento na primeira noite em que passaram juntos.

"Passei a noite com ele e aí já começou a minha história de violência. Na primeira noite, ele já trancou a porta. A gente já falou em casamento ali. Não sei o que me chamou atenção, que depois daquele dia, eu me envolvi com ele e não conseguia mais, entendeu? A primeira coisa que ele fez, de manhã, foi mudar o meu modo de vestir. A blusa que era por dentro, ele colocou por fora. Já mandou eu clarear o batom. Ficava só observando", conta.

A partir daí, Conceição foi mantida em cárcere privado. Passou um mês na casa do namorado, sem que pudesse dizer o endereço nem para a sua mãe. A polícia chegou a localizar a residência de Henrique, mas a viatura foi embora quando ela desmentiu que estava presa. "Minha mãe tinha percebido que tinha algo de errado. Eu não. Me apaixonei por ele muito rápido. Foi muito louco e é por isso que hoje eu tô fazendo tratamento. Ele conseguiu me envolver de uma forma que só depois de seis meses eu descobri que ele era doente e tomava remédios", diz. Seu marido era aposentado pelo exército porque era esquizofrênico e tinha um comportamento bastante agressivo. Os dois saíram fugidos do local em que moravam.

"Ele tinha crises de esquizofrenia. Primeiro, ele me ameaçou com palavras, sempre dizia que era um oficial federal. Aquilo me deixou nervosa. Como eu fiquei nervosa, ele já veio com um comprimido. Eu achava que era pra dor de cabeça, mas era tarja preta. Eu fiquei tonta porque não era acostumada. Dali não parou mais. Ele dizia que a louca era

eu", relata. As crises começaram e Conceição começou a apanhar por qualquer motivo. Henrique batia de uma forma que não deixava hematomas visíveis. E quando os deixava, obrigava a mulher a vestir camisas de mangas longas para não provocar suspeitas. Afastada da família e repleta de vergonha, Conceição não conseguia romper o ciclo. Ainda por cima, era obrigada a tomar, aleatoriamente, os remédios controlados que eram destinados ao marido.

Devido aos transtornos mentais, Henrique flutuava entre diversas personalidades. De acordo com ela, à noite ele se transformava em um monstro. "Eu tinha que medir as palavras. Assim eu fui vivendo, um ano, dois anos. Como ele era doente, eu jogava tudo na doença. Achava ele um coitadinho que precisava de minha ajuda. Deixar ele foi muito difícil". A mulher fugiu em dezembro, mas voltou uma semana depois cheia de culpa por ter abandonado o companheiro. Levou uma surra. Da última vez, o ex-marido a levou a uma igreja evangélica alegando que ela estava possuída pelo "demônio". Outra surra. Desta vez, coletiva. Foi nesse instante que Conceição deu um basta.

Daí por diante, ela foi levada, pela mãe, ao Clarice Lispector e conseguiu, aos poucos, refazer a sua vida. Henrique ainda ligou por seis meses e não foi denunciado porque Conceição não quis. Não quer que ele seja preso. Hoje, ela trabalha em uma função melhor do que antes, reconquistou a família e conheceu sua neta que havia sido impedida de ter contato. E chora bastante ao relembrar o que perdeu. Ainda não conseguiu refazer a sua vida amorosa porque diz que precisa se esvaziar de tudo de ruim que viveu com o ex. "Eu fico refletindo ainda. Estou na fase de maturação, de tudo o que aconteceu para entender. Eu acho que eu consegui muitas coisas. Eu estou aprendendo a gostar de mim".

* Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos personagens

A black and white photograph of a woman with dark, curly hair looking out of a window. She is wearing a patterned top and has her hands resting on the window frame. The window has horizontal blinds. To the left of the image is a vertical strip of a textured wall.

‘É ter limite para amar’
Marília*

Marília* é uma daquelas pessoas que falam com firmeza na voz. Aos 42 anos, passa o dia atendendo o telefone, em seu apartamento no bairro da Macaxeira, na zona Norte do Recife, para conversar com suas amigas artesãs. Ela produz pesos de porta, vende bijuterias e trabalha meio expediente como merendeira. Perdeu o medo do mundo. Quando peço para contar sua história, ela começa dizendo que viveu 12 anos com José*, mas se corrige rapidamente: foram 12 anos de tormento.

José nunca chegou a bater em Marília, mas repetia palavras que arranharam bastante. "Conviver com ele era muito difícil. Ele me humilhava demais, dizia que eu era gorda, feia, que não prestava para nada e que tudo o que eu tinha era por causa dele", conta. A primeira vez que a artesã se deparou com a aspereza das palavras foi quando estava em um bar, no centro da cidade, e foi embora sozinha do local porque estava cansada. "Quando eu estava pegando um ônibus, ele chegou puxando o meu braço e me rodando. Me chamou de baixa, gorda, feia e disse que eu não ia embora. Dizia do nada. Quando eu vi que ele ia me bater, um policial chegou na hora e nos abordou. Eu disse que ele não gostava de negro, menti. Os dois foram para a delegacia e eu para casa", comenta. Quando José chegou em casa, quis expulsá-la de onde morava.

"Aquelass coisas foram me atormentando e, quando meu pai faleceu, eu tive que dar um basta nisso. Só que eu nunca trabalhei e sabe o que é ir pro mundo sem nunca ter trabalhado?". Quando o pai de Marília morreu, ela diz que reaprendeu o significado de amor. Parecia que aquilo agora tinha limites, tornou-se finito. A moça repete, várias vezes durante o relato, em um tom de voz seco: "Quando vi meu pai no caixão, pensei: 'meu Deus, como a gente ama tanto uma pessoa e ela tem que ficar enterrada, não pode voltar para casa?'".

Em Serra Talhada, sua cidade natal, no sertão pernambucano, Marília viu que poderia sobreviver vendendo peso de porta, artesanato que garantia o sustento da sua tia. A partir daí começou a participar de feiras, se inscreveu no programa *Mulher, Trabalho & Renda*, da Secretaria da Mulher do Recife, que visa o empoderamento político e econômico das recifenses. Marília conheceu outras mulheres que também tinham sofrido violência doméstica e aprendeu a reorganizar sua vida. Transferiu o que carregava para sua arte. "Eu já disse assim que esse peso de porta que eu faço, ele me ajuda. Não só o que eu passei, mas tem hora que eu me sinto tão só. Nunca pensei em morar em um apartamento só. Não tenho uma das piores vidas, eu sei. Tem hora que eu me sinto sufocada, que eu sento aqui e faço 200 peças por dia. Todas costuradas à mão", relata.

Marília divorciou-se há cinco anos. Nos dias atuais, diz que não gosta de inimigos, por isso mantém uma relação de amizade com o ex. "Ele participa de longe da minha vida. Quando sofri um acidente grave de moto, há três anos atrás, me tratei no Hospital do Exército, com o plano de saúde dele. Você me fez uma pergunta agora a pouco se precisávamos ser amigos. Precisa. Porque você vê casos na televisão que esses homens se revoltam e dizem que a gente arrumou um macho. Eu não tenho filho com ele, mas tem do coração. Não tenho um pingo mais de medo dele. Não posso negar que ainda preciso dele. Hoje, a gente conversa e ele chega para mim perguntando onde errou. Eu acho que deve ter sido na educação dele", completa.

Hoje, a artesã disse que não quer homem mais em sua casa. Quer viajar para a Venezuela, fazer o que não fez durante a vida inteira. "Ele está saindo com outros homens. Foi a primeira pessoa a chegar e dizer para mim. Ele nunca se assumiu por causa da farda, da família. Eu aprendi a lidar com sentimento quando vi meu pai no caixão. Não é amar tanto. É ter limite para amar".

* Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos personagens



‘Eu luto pela dignidade’
Margarida

Eu conto tudo pela metade, desculpe. Porque se for contar, é muito grande. Mas euuento a cada um uma verdade. É a verdade da vida", diz a senhorinha de 82 anos que, a cada minuto, me faz esperar para responder a um aceno. Dona Margarida é conhecida no bairro da Boa Vista. Ela é dona da barraca azul, localizada na Rua do Lazer, na Universidade Católica de Pernambuco. Quem passa pelo local, com dois dedos de prosa, escuta o relato sobre as greves que ela ajudou a comandar na Era Vargas, quando ainda era operária de uma fábrica têxtil. Mas para se aprofundar na história de Dona Margarida, é preciso levar mais algumas horas.

Desde cedo, corre solta a sua sina. Saiu do Quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas, peregrinando para o Recife. No meio do caminho, vendeu laranjas na estação do metrô para ajudar a mãe. "Eu e minha mãe viemos andando até aqui, atrás da minha avó. Não tínhamos dinheiro para comprar as passagens. Minha mãe nunca me mandou trabalhar, mas a gente é que sente a necessidade. Desde os seis anos eu trabalho. Acho que consegui chegar aqui porque tem anjos que me ajudam", comenta.

Na cidade grande, a vida continuou tacanha. Aos 12 anos, foi estuprada por um marinheiro que procurava por sua mãe. "Eu nunca contei isso a ninguém, minha filha. Tinha um navio no Porto e um marinheiro conheceu a minha mãe. Eu sei que um dia ele chegou na minha casa procurando ela. Eu tava dentro, sentada em uma esteirinha brincando.

Quando eu vi, já tinha ido. Eu era muito inocente, não sabia de nada", fala, cheia de pausas. Do ocorrido, nasceu luara, sua primeira filha, que não sabe a origem do pai.

Margarida teve que lidar com o emprego de operária na fábrica têxtil e a criação de sua menina. Enfrentou greves, dificuldades, trabalho exaustivo e conheceu seu futuro marido, Pedro*, o presidente do Sindicato dos Tecelões. Juntos, tiveram oito filhos e criaram outros quatro. "No começo, era tudo muito bom. Mas depois ele ficou muito

mulherengo e teve num sei quantos filhos. Me deixou com nossos meninos pequenos ainda". Pedro partiu sem hora marcada.

A segunda parte de sua história vem quando o neto toma a casa que ela que comprou, no bairro do Barro, zona Oeste do Recife. É nesta parte da vida que nos encontramos. Margarida saiu de casa para cuidar de uma parente com problemas de saúde e ainda não conseguiu voltar porque seu neto, Thiago*, pediu emprestado as chaves de sua casa e nunca devolveu. Os cadeados foram modificados e a moradia está totalmente destruída. Ao tentar voltar, Margarida foi ameaçada diversas vezes. Mas como os anjos rodeiam a moça que tem nome de flor, um professor da Católica soube do acontecido e a levou no Centro de Referência Clarice Lispector, um equipamento municipal que acolhe as mulheres em situação de violência de gênero.

No Clarice, Margarida foi orientada sobre violência patrimonial e acolhida por uma equipe que se esforça, dia e noite, para a reintegração de posse. "Todo dia eu vou lá no Clarice, minha filha. A dona da casa que eu tô já pediu que eu saísse, me despejou. Ela fica falando mal de mim e da minha filha que teve um derrame. Já tenho medida protetiva, mas não consigo voltar para a minha casa porque está toda destruída", diz. O processo já foi encaminhado e há uma campanha voluntária para arrecadar dinheiro e donativos para a senhorinha da barraca azul. Os tais anjos novamente.

Quando questionada sobre se arrepender de ter nascido mulher, Dona Margarida me diz que apenas luta pela dignidade e pede que eu acrescente a poetiza Cora Carolina na sua história: "*saber viver é a grande sabedoria que eu possa dignificá-la minha condição de mulher/aceitar suas limitações,/ e me fazer pedra de segurança/ dos valores que vão desmoronando/*". Parece que aprendeu a viver, andando de cá para lá pelas calçadas da Boa Vista à espera do dia que possa voltar a sua casa. Daqui a pouco, o dia vai querer raiar.

* Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos personagens



Eu tenho muito orgulho de mim, viu?

Rita



A primeira tapa arde na alma. Quando ele bate em você, aquilo arde. É na alma. É de ódio. E você se pergunta como ama um homem daquele, como deita com ele e ele faz aquilo com você. Você não sabe como reagir. Vem aquele ódio e toma conta de você. Queima a sua vida", conta Maria Rita da Cruz, de 48 anos. Ela é uma daquelas mulheres de alma imensa. Sua triste história começou em fevereiro de 1990, ela não consegue esquecer a data. Antes de se casar, seu marido Arnaldo era o seu 'príncipe encantado'. Depois de três meses, tornou-se um monstro.

Quando ela engravidou da primeira filha do casal, tudo piorou. Arnaldo queria que Rita abortasse pois não queria ser pai de uma criança negra. "Enfrentei ele e comecei a apanhar. Ele me dizia que ou eu abortava ou morria junto com a menina. Todo dia que ele chegava, já ficava me tremendo", conta. Quando começou a criar coragem pra denunciar, ela foi a uma delegacia comum, no bairro do Jordão. A primeira coisa que o delegado fez foi questioná-la pelas tapas. "Ele me perguntava o que eu tinha feito para ter apanhado. Eu dizia que nada. Mas ele insistia e dizia que ninguém apanhava por nada. O delegado não acreditava em mim", desabafa. Na volta para casa, ela foi espancada novamente pelo seu companheiro.

Durante muito tempo, Rita foi e voltou diversas vezes na Delegacia do Jordão. Ela sempre era culpada pelo ataque de fúria do marido e voltava para casa repleta de silêncio. "Eu pensava assim: se ele fizesse alguma coisa comigo, tentasse me matar, alguém ia saber, sabe como era? Eu precisava ir lá". Entre as idas e vindas, um funcionário novo lhe indicou a Delegacia da Mulher. De lá, ela foi encaminhada ao Clarice. Ao perceber que o caso ia para frente, Arnaldo contratou dois homens armados para matar a sua esposa.

Rita vivia na corda bamba. Tentativas de homicídio, esconderijo para os filhos, espancamentos. Quando ela voltou mais uma vez da delegacia, seu marido havia estuprado sua filha de 16 anos, fruto de um antigo relacionamento. "Eu tinha dito a delegada que ele tinha

ameaçado estuprar a minha filha, mas ela me disse que cão que ladrava não mordia. Quando cheguei, encontrei ela se tremendo no terraço, chorando. Eu peguei uma faca e, não sei onde fui buscar coragem nessa hora, fui pra cima dele. Gritei para os vizinhos. Me joguei na frente de uma viatura da polícia. Os policiais fecharam todas as saídas do bairro, mas ele fugiu pela mata", diz, ainda com rancor. Arnaldo passou um ano foragido, mas continuava ameaçando ela e a família.

Oito meses depois, Rita começou a dar entrevistas para a imprensa. Uma repórter a convenceu de que se ela mostrasse o rosto, ele não viria atrás dela. Seria uma ameaça às avessas. Seu ex-marido parou de ligar e, segundo ela, foi aí que voltou a andar de cabeça erguida. "Comecei a fazer cursos, ganhar meu dinheiro, participar de feiras. Peguei gosto", fala. Rita descobriu que, por descuido de seu advogado, os processos por tentativa de homicídio haviam prescrito. Ele ainda sugeriu que ela deveria ter feito um acordo com seu ex-marido, mas dinheiro nenhum no mundo, de acordo com Rita, pagaria o que ele havia feito com ela e com sua filha.

No meio do caminho, ela fez um curso de defensores para entender um pouco mais de leis. Conseguiu que seu marido fosse condenado a 11 anos e seis meses de prisão, em regime fechado, sem precisar de advogados. "Ele não pode recorrer não, viu? Mas tá foragido até hoje. Foi uma vitória a condenação. Se ele passasse um dia na cadeia, eu já ficaria muito feliz", revela. Hoje em dia, ela é ativista, trabalha em uma ONG feminista, estuda e cuida dos netos. Uma de suas maiores felicidades foi ensinar a fazer bijuterias para as mulheres do Clarice Lispector, foi uma forma de retribuir toda a ajuda que já recebeu na vida.

Rita ainda quer mais. Quer abrir seu próprio restaurante, ser empresária. "Eu me sinto feliz. Fico olhando quem eu sou. Nem levantava a cabeça, vivia apanhando, passei de morrer, aconteceu o que aconteceu com a minha filha. Eu tenho orgulho de mim. Era para eu estar louca ou estar morta. Eu tenho muito orgulho de mim, viu?". Viu, Rita.

A close-up photograph of a woman with short, light-colored hair, smiling broadly. She is leaning her head against a dark wooden door frame. To her right, there is a green bush with a single red flower. The background is blurred.

‘E eu sei que vou ser feliz’
Rosália

Quando tinha 10 anos, Rosália Maria foi morar com a mãe que lhe oferecia para os amigos que frequentavam sua casa. Um deles chegou a abusar de sua irmã de seis anos. Aos 14, Rosália conheceu o pai dos seus três filhos, enquanto trabalhava em uma fábrica de tecidos no bairro da Macaxeira, zona norte do Recife. O João era bem mais velho e, aos poucos, começou a conviver com a realidade da moça.

João e Rosália se casaram e tiveram três filhos. As brigas começaram porque ele não queria herdeiros. Na terceira gravidez, a moça voltou para casa desolada. "Chorei tanto nesse dia. Não era porque eu estava grávida, mas pela situação em que eu estava vivendo. Não era por amor que eu estava com aquele homem. Ele dizia que tinha pena de mim". A gravidez todinha ela foi ignorada e ainda acusada de traição. Para ir à maternidade, ela contou com uma vizinha, uma vez que João recusou-se a levá-la e ainda desejou sua morte na hora do parto.

A mulher quis, diversas vezes, morar em São Paulo com a mãe, mas conciliar o sustento e o cuidado com os filhos parecia uma conta impossível. De repente, teve a ideia de vender tudo o que podia em casa para comprar as passagens. Começaram a surgir as agressões físicas. "Comprei três passagens. Só para mim e meus filhos. Na última hora, ele resolveu ir junto. Chegando em São Paulo, um mês depois, arrumei um emprego e começaram as mesmas brigas e os mesmos ciúmes. Até que um dia eu tive que chegar mais tarde, ele disse que eu deveria estar com alguém. Me trancou no quarto e começou a me bater. Eu fiquei como se tivesse anestesiada, só ouvia as crianças pedindo para ele parar", conta tentando não se afogar entre as lágrimas.

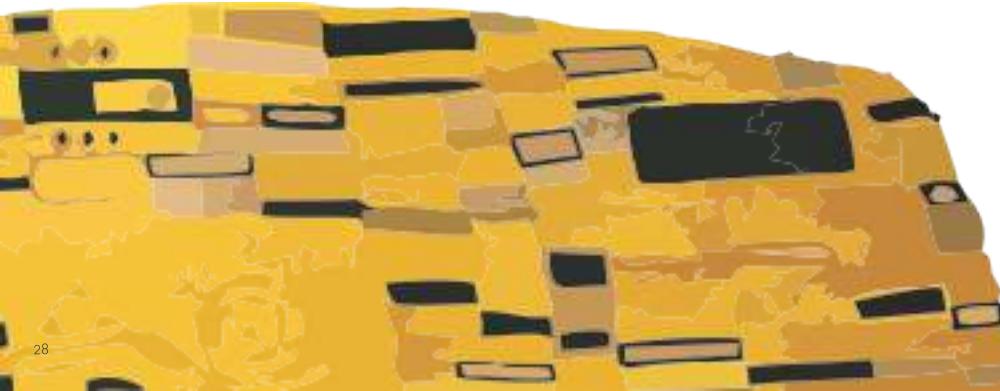
Por três dias, Rosália ficou trancada em casa com os filhos. Até que teve a ideia de escrever um bilhete pedindo socorro. O tio a socorreu e ela foi morar, em um barraco de taipa, apenas com suas crianças. Chegou a ir a Delegacia registrar

um Boletim de Ocorrência, mas tudo continuou do mesmo jeito. No entanto, João chegou cheio de novas promessas e, arrependido, pediu para voltar o casamento. Dois meses depois, as brigas continuaram e ele decidiu que queria regressar a Pernambuco. "O pessoal da fábrica não queria me mandar embora, me davam conselhos para eu não ir, mas não ouvi. Eu tava tão ciente de que ia viver o resto da minha vida com aquele homem que eu fui", diz.

Ao chegar no Recife, João gastou o dinheiro que Rosália havia juntado para comprar uma casa e terminou alugando um barraco para a família morar. "Quando eu estava voltando de São Paulo, passando pela Bahia, no ônibus, me deu um aperto no coração. Um arrependimento. Se eu tivesse dinheiro para comprar a passagem de volta, eu teria comprado. Mas respirei fundo e fui". Enquanto isso, a vida seguia árida: Rosália trabalhava dia e noite para sustentar a casa, já que seu marido não queria mais trabalhar. Aliás, trabalhar era a única coisa que ele permitia que ela fizesse.

A separação definitiva veio com pouco tempo. João teve uma crise de ciúmes e quebrou tudo em casa. Rosália passou dois meses fora da cidade tentando se reconstruir e, ao voltar ao Recife, foi atrás dos seus direitos e chegou ao Clarice. "Isso foi esse ano. Meu casamento durou 39 anos. O final é esse aqui que eu estou conversando com vocês. Já solicitei medida protetiva. Ele ainda está na minha casa, com tudo meu e estou morando com uma tia minha", diz. Entre uma lágrima e outra, ela diz que, na próxima encarnação, queria nascer homem. "Tive que batalhar por tudo na minha vida, mas isso tudo me ensinou a querer ser eu mesma. E eu sei que vou ser feliz".

entrevistas





**Recife conta apenas com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).
Essa Delegacia contempla a demanda?**

Com certeza não. O contingente populacional do Recife é muito grande e a estrutura da delegacia não dá conta de atender todo mundo. Por conta disso, a mulher pode e deve procurar qualquer Delegacia em que ela se sinta à vontade. As Delegacias dos bairros devem estar preparadas para receber os casos de violência doméstica.

Como é a realidade dessas Delegacias?

Existe todo um esforço para que essas Delegacias possam receber essas mulheres vítimas de violência. Fazemos, periodicamente, cursos de sensibilização para os policiais. A gente não trabalha somente com os policiais lotados nas Delegacias da Mulher. Fazemos questão de socializar esse conhecimento com os policiais de todas as Delegacias do estado de Pernambuco, principalmente, a questão do atendimento humanizado, de não revitimizar a mulher.

Qual é a diferença de atendimento na Delegacia da Mulher e nas outras delegacias?

Todos os nossos esforços estão voltados para a mulher vítima de violência. Então, o policial acaba se condicionando e é cobrado a trabalhar dentro dessa linha. Como estamos dentro do Departamento de Polícia da Mulher, as nossas atenções estão voltadas para a qualidade do atendimento à mulher. Se compararmos isso com as delegacias circunscricionais, podemos pensar, de uma forma grosseira, que o policial dessas delegacias são uma espécie de clínico-geral, porque ele está lidando com toda espécie de crime. Nós vivemos numa sociedade machista, então um caso de violência doméstica para quem trabalha com crimes como homicídio, assalto, muitas vezes é deixado de lado. A violência doméstica é vista como algo menos grave do que esses outros crimes.

Qual a avaliação que a senhora faz da Lei Maria da Penha?

Eu acho a lei muito boa. Não só eu como o mundo todo reconhece a Lei Maria da Penha como uma lei quase perfeita. Precisamos ainda melhorar muito a questão da assistência à mulher. Temos muito a fazer, embora essa seja uma leitura complexa, não tenho uma fórmulas e nem receitas prontas. Mas acho temeroso quando estimulamos a denúncia, mas o que fazer depois dessa denúncia? Em termos sociais, como fica essa mulher? Quem vai prover os filhos dela, ou ela mesma? Então, tudo isso deve ser repensado, trabalhado.

O que percebemos é que há mais denúncia sobre violência física do que as demais. Por quê isso acontece?

Sem sombra de dúvidas, os casos de violência doméstica são todos de violência física, embora, todos os casos de violência física trazem violência psicológica. Penso que está na nossa cultura que a mulher se sinta culpada. As mulheres estão sempre se culpando e esperando que a relação mude. Muitos homens têm a capacidade de ofender e ao mesmo tempo mandar flores, dizer que ama e que não vai acontecer de novo. As mulheres perdoam e volta aquele ciclo bastante comum da violência doméstica, que é a lua-de-mel, finda com a explosão e volta pra lua-de-mel de novo.

A senhora acha que as mulheres estão rompendo com o ciclo da violência mais rápido?

Pela quantidade de ocorrências que registramos na Delegacia, temos uma prova clara de que esse ciclo tem se rompido mais rápido. As mulheres estão procurando sair dessa situação mais cedo, elas não estão esperando passar 15 ou 20 anos para denunciar. Muitas até na primeira agressão já procuraram a Delegacia e outras depois de algumas tentativas de viver bem não aguentam e vão para a Delegacia.

Qual o papel do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica?

Nós temos promotores de justiça extra-judiciais e promotores judiciais. O segundo grupo atua nas varas especializadas, no meu caso a Vara Especializada de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher. Os promotores extra-judiciais têm a finalidade de confeccionar a denúncia. Além disso, o Ministério Público fiscaliza os serviços que, de uma forma ou de outra, previnem a violência contra a mulher ou dão a ela apoio após a violência sofrida.

Quais são esses serviços?

Por exemplo, o Sistema de Saúde. Uma coisa que é feita é a fiscalização da notificação compulsória. Deve ser usado para fins de estatística do Ministério da Saúde, já que a saúde é a segunda porta de entrada da mulher no atendimento contra a violência.

Equal seria a primeira?

A Delegacia. Nessa porta de entrada, que é a mais importante, nós realizamos o controle externo da polícia judiciária observando a qualidade dos inquéritos. Quando vem a denúncia, nós cuidamos tanto da ação penal como também das medidas protetivas de urgência. Mesmo aqui sendo uma promotoria judicial, as mulheres vêm até aqui para relatar o não cumprimento das medidas. Confesso que nesses casos, na maioria das vezes, peço a prisão preventiva, porque há uma iminente possibilidade de reiteração criminosa. Então, entre a liberdade do agressor e a integridade física da mulher, eu faço a opção pela integridade física dela.

Quais tipos de crimes em que o Ministério Público oferece denúncia?

Nós só não oferecemos denúncia quando o crime é de ação penal privada. Por exemplo, crime de calúnia, de injúria ou de difamação. Nesses delitos o MP não pode promover ação penal. Quem faz isso é a mulher vítima de violência por intermédio de um advogado. Mas 99% dos processos que tramitam aqui na primeira vara, foi o MP quem ajuizou a denúncia. E quando há algum descumprimento de medida protetiva de urgência, por exemplo, peço a prisão preventiva do agressor. No entanto, o que percebo é que os homens, em uma maioria, obedecem as medidas protetivas. Acredito que há um respeito muito grande a esse sistema de justiça especializado porque eles notam que funciona, pois o judiciário fiscaliza a execução da pena. Então, isso passa a ser exemplo naquela comunidade.

Que avaliação o senhor faz sobre a Lei Maria da Penha?

Existem três indicadores que comprovam que a Lei funciona. Quando começamos em 2007, havia muito mais denúncias de lesão corporal do que ameaça. Isso dá a entender que a mulher só denunciava quando o ciclo de violência se fechava. Hoje em dia, houve uma inversão. Há mais notícias-crime de ameaça do que de lesão corporal. Isso é um amadurecimento da sociedade sobre a lei, que começa a observar que esse sistema funciona. A mulher está rompendo o ciclo de violência mais rápido. O segundo indicador é a quantidade de denúncias. Nós vemos que não é que a violência esteja aumentando, a violência está saindo de dentro de casa, sendo denunciada. A prova disso é o terceiro indicador: o nosso índice de homicídios diminui ano a ano. Aquele número de 321 mulheres assassinadas em 2006, em Pernambuco, nunca mais voltou. A lei Maria da Penha funciona. E eu testemunho as mulheres que estão mudando, refazendo suas vidas, por conta da lei.



Promotor João Maria,
Primeira Vara Especializada
de Prevenção e Combate
à Violência Contra a Mulher



Queria começar falando sobre as pesquisas que você desenvolve.

Em 2009 e 2010, realizamos uma pesquisa sobre o enfrentamento da violência contra a mulher nas áreas rurais. Fizemos a pesquisa em algumas cidades do Sertão central. Queríamos entender como essas mulheres, diante da violência sofrida, enfrentavam isso. Vimos que diante dessa escassez de recursos, as mulheres encontram redes de enfrentamento não-formais para conseguir lidar com essa violência. Uma coisa que acho importante enfatizar é que ninguém quer estar na violência. Às vezes as pessoas querem manter relações, mas querem que elas não sejam violentas. Isso é um desafio para quem trabalha e para quem estuda sobre a violência porque sempre que pensamos em rompimento da violência, pensamos em rompimento da relação.

Você falou de redes não-formais de enfrentamento à violência. O que seria isso?

No Sertão Central, o que observamos é que as mulheres buscavam, sim, romper essa violência. E como elas faziam isso? Como ela acessa um orelhão? Não tem. Sinal de celular? Nem sempre tem. Você vai correr pra qual vizinho? Os vizinhos não são tão perto. Então, como é que se consegue esse rompimento? Aí é que tem uma importância do movimento de mulheres de conscientizar essas pessoas. A partir dessa conscientização de que o que elas vivem é violência e que isso não é natural, romper com isso é o que os movimentos de mulheres no sertão têm feito. O que observamos então, que a rede que mais funciona é o que chamamos de rede de interconhecimento. Essa rede vai desde a família, dela ou do próprio agressor que acolhe essa mulher, até um caso que vimos de um policial que deu o número do celular dele pra mulher, porque lá não tem Delegacia da Mulher. Mas apesar disso tudo, o que observamos é o quanto a Lei Maria da Penha foi fundamental para o enfrentamento ainda que simbolicamente.

Você acredita que o processo de desnaturalização da violência é um dos mais complexos na sociedade?

Penso que uma das facetas mais difíceis é o reconhecimento da violência, reconhecimento de que o que você vive é uma situação de violência. Primeiro porque o reconhecimento da violência só acontece quando existe a violência física, e apenas quando é algo grave. Pesquisando com jovens, eu fiquei em choque de ver o machismo. Como os jovens e as jovens naturalizam o lugar do homem como aquele que tem o poder, e que a mulher tem que ser recatada senão é a vadia. Acho que tem duas coisas que são péssimas para a questão da violência. A primeira é não reconhecer a violência ou reconhecer somente como algo físico. Segundo que, infelizmente, ainda vemos muito é a ideia de que o ciúme é uma prova de amor. E esse ciúme vem pautado por uma possessividade, controle e cerceamento do outro que, pra mim como pesquisadora, é muito assustador. E quando isso passa do namoro para o casamento, tende a acentuar mais. A relação fica mais assimétrica.

O que vemos é que a maioria das denúncias são de violência física. Mas a violência simbólica, psicológica parece não existir. Como podemos mudar isso?

Acho que é um trabalho de formiguinha mesmo. Acho que tem que existir parcerias com as universidades, que a extensão realmente funcione. Acho que tem que ser um trabalho desde a base porque ela está inserida na nossa cultura. Trabalhos de conscientização nas escolas. A gente aprende desde criancinha como a gente deve se portar, o que é valorizado no homem e na mulher. Temos que desnaturalizar coisas que estão arraigadas desde que você se entende por gente. É preciso pensar em campanhas que falem da violência no namoro, por exemplo.

Profª Fernanda Sardelich,
Psicóloga, doutoranda
em Psicologia pela UFPE,
pesquisadora da Fages
(Núcleo de Família, Gênero
e Sexualidade)
e professora da Pós-Graduação
em Gênero, Desenvolvimento
e Políticas Públicas

Como funcionam as audiências da Vara de Violência contra a Mulher?

Nossas audiências são as mesmas que ocorrem em qualquer processo criminal. Nas varas de violência doméstica contra a mulher, recebemos uma demanda tão grande que quase não estamos suportando. A segunda vara tem quase 13 mil processos, mas temos em torno de 3.500 já sentenciados, isto é, já com decisão do juiz. E temos em torno de 9500 para sentenciar. Desse volume, temos em torno de 65% de medidas protetivas de urgência.

Como são pedidas essas medidas protetivas?

Essas ações não são de natureza criminal, são de natureza cível. Isso quer dizer que quando a mulher sofre qualquer tipo de violência e que ela quer denunciar, ela deve se dirigir a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) e narrar o que aconteceu. A mulher deve denunciar, pois é a denúncia que faz com que a violência diminua porque o agressor vai ficar temeroso em fazer novas agressões, pois a mulher tomou uma atitude. A delegacia faz o Boletim de Ocorrência e quando a mulher se sente ameaçada é pedida a protetiva. A Lei Maria da Penha tem um elenco de providências que pode resguardar a mulher de novas violências. Aquela que ela está narrando, ela já sofreu, não podemos impedir, mas podemos impedir novas e mais graves violências. Damos celeridade a isso para não dar oportunidade que haja outras agressões.

Esse número de pedidos de medidas protetivas mostra que as mulheres têm mais conhecimento da lei?

A lei colocou à disposição das mulheres essa ferramenta, que elas podem usar em seu benefício. Essas medidas protetivas obrigam o agressor a respeitá-la, a manter distância da mulher. Se ele insiste em agredir, então ele poderá ser preso. Eu digo pode, pois existem outras alternativas. Podemos colocar a tornozeleira eletrônica nele, e caso ele ainda insista, o recolhemos e mandamos para a cadeia.

É comum que os agressores burlem as medidas protetivas de urgência?

Não, são poucos. Via de regra, eles respeitam até porque já sabem que em caso de descumprimento da medida, eles poderão ser presos. Os meios de comunicação têm um papel importante na divulgação da lei e o agressor já sabe. Dentro desse contingente de processos que temos aqui na Vara, temos poucos réus presos, e a maioria foi preso em flagrante. Não tenho o número exato, mas pela experiência, sabemos que são muito poucos os que estão presos por descumprimento da medida. De um volume de 13 mil processos, temos uns 50 presos. A Lei empoderou não só as mulheres, como o Judiciário. Pois, no caso do agressor descumprirem uma medida expedida pelo juiz, ele pode ser preso.

A senhora está há 2 anos à frente da Vara. Quais mudanças percebe no entendimento das vítimas e agressores sobre a violência doméstica?

Percebemos a mulher bem mais empoderada como era o objetivo da Lei. A mulher está mais consciente de que dispõe desse instrumento para enfrentar essa violência, ela está mais corajosa, mais segura. Percebemos na audiência, que é o momento em que o juiz tem o contato com as partes, percebemos a mulher muito mais firme e, ao contrário, vemos o agressor muito mais temeroso. É preciso que se entenda o que é a Lei, que é para assegurar a mulher que é vítima de violência dentro do seu lar, seja pelo cônjuge, convivente ou o pai. O que a Lei Maria da Penha quer é empoderar a mulher para enfrentar o machismo, a violência de gênero. O homem bate na mulher porque ela é mulher, porque acha que ela deve obedecê-lo.



Juíza Marylúcia Feitosa,
2ª Vara de Violência
Doméstica e Familiar
contra a Mulher da Capital

LIGA MULHER
0800.2810107



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

POR VOCÊ, TRABALHANDO SEM PARAR.